9ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação sobre o resultado da votação do PL 2565/11, realizada na Câmara dos Deputados, que rejeitou a destinação dos royalties do petróleo para a educação pública.

Brasília, 7 de novembro de 2012.

O Fórum Nacional de Educação (FNE), órgão de Estado e espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e o governo, instituído pela Portaria MEC nº. 1.407/2010, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (Conae-2010), diante do resultado da votação do PL 2565/2011 realizada na Câmara dos Deputados no dia 6 de novembro de 2012, vem a público manifestar sua preocupação com as sérias consequências que a Lei aprovada poderá impor à efetivação do direito à educação pública brasileira.

O texto aprovado na referida Casa Parlamentar não incluiu a destinação de 100% dos royalties advindos dos novos contratos da exploração de petróleo para a educação. Em razão desse quadro e, perante a necessidade urgente do país estabelecer novas fontes para o adequado financiamento da educação pública, o FNE convoca o governo e a sociedade a utilizarem suas prerrogativas na busca de uma alternativa que possa garantir que os recursos obtidos com os royalties do petróleo possam ser destinados à efetivação do direito à educação.

A educação nacional aguarda uma solução afirmativa que torne possível o sonho que o Brasil persegue para romper com uma história de injustiça social com importantes segmentos de nossa população.

O Coordenador-Geral do FNE, ***ad referendum***, delibera esta comunicação.